



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11015/2026**

O **MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 89.814.693/0001-60, com sede na Av. Dom João Becker, nº 754, Centro, CEP 93.010-010, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra instaurada a Licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, tombada sob o nº **15/2026**, tipo **Menor Preço por Lote, Modo de Disputa: aberto**, em regime de empreitada por preço unitário, com recursos financeiros próprios e a devida liberação orçamentária, tendo por finalidade a qualificação e seleção de propostas para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de planejamento, organização, produção e execução da **São Leopoldo Fest**, compreendendo atividades preparatórias, operacionais e de encerramento do evento cultural promovido pelo município de São Leopoldo.

A presente licitação está em conformidade com as estipulações deste Edital, das disposições da Lei nº 14.133, de 2021, a Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislações aplicáveis.

O presente Edital e seus anexos poderão ser retirados pelos interessados nos sítios [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) e na página oficial deste Município, no link [www.saoleopoldo.rs.gov.br](http://www.saoleopoldo.rs.gov.br).

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 09h do dia 08/06/2026**

**ABERTURA E DISPUTA DAS PROPOSTAS: Até às 09h01min do dia 08/06/2026.**

**FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS:** Solicitações de esclarecimentos, impugnações e comunicações entre os interessados e o Agente de Contratação deverão ser encaminhadas em até 03 (três) dias úteis antes da data prevista para o recebimento das propostas **exclusivamente** por meio do Portal de Compras Públicas disponível no link: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

A licitante interessada, para que receba as notificações do sistema, obrigatoriamente deverá realizar o cadastro do seu e-mail e telefone, por meio do link: “*clique aqui e efetue seu cadastro*”, constante ao lado do número da licitação de interesse, ao efetuar a procura no sítio: [www.saoleopoldo.rs.gov.br](http://www.saoleopoldo.rs.gov.br), Portal Transparência, licitações.

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo no Edital, aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

**1 DO OBJETO, DAS ATIVIDADES, LOCAL E DATAS E FORMA DE EXECUÇÃO E DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

1.1 **DO OBJETO:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de planejamento, organização, produção e execução da **São Leopoldo Fest**, compreendendo atividades preparatórias, operacionais e de encerramento do evento cultural promovido pelo município de São Leopoldo.

1.1.1 As especificações referentes ao objeto estão discriminadas no item 4 do Anexo III, Termo de Referência.

1.2 **DAS ATIVIDADES A SEREM REALIZADAS:** Os serviços contratados serão para a realização da São Leopoldo Fest.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

- 1.3 **DO LOCAL E DATAS DE EXECUÇÃO:** O evento será realizado no período de 22 a 26 de julho de 2026, das 10 às 00 horas, na Praça do Imigrante - Av. Dom João Becker s/nº Centro de São Leopoldo.
- 1.3.1 A contratação dos serviços será conforme especificações previstas no item 4 do Anexo III, Termo de referência, e as diárias correspondem a 12 horas de trabalho.
- 1.3.2 A necessidade de alteração de datas, horários e/ou locais por parte da CONTRATANTE não implicará em nenhum ônus desta para com a CONTRATADA;
- 1.3.3 Na impossibilidade de realização do evento citado nesta cláusula, por motivo de força maior, este poderá ser reprogramado e executado pela CONTRATADA em datas futuras, firmadas em comum acordo com a organização, desde que dentro do período de vigência do contrato, sem ônus à CONTRATANTE.
- 1.4 **DA FORMA DE EXECUÇÃO:** A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelo planejamento, montagem e desmontagem das estruturas destinadas aos eventos.
- 1.4.1 A estrutura deverá estar integralmente montada até as 22h do dia anterior ao evento.
- 1.4.2 A desmontagem deverá ocorrer após o encerramento, com liberação total da área no prazo máximo de até 2 (dois) dias após o término do evento.
- 1.4.3 Os serviços e materiais deverão ser fornecidos conforme solicitações da CONTRATANTE.
- 1.5 **DO PRAZO DE VIGÊNCIA:** O prazo de duração do Contrato será pelo período de 06 (seis) meses, a contar da data de assinatura.

**2 DO PROCEDIMENTO:**

- 2.1 O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da *INTERNET*, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.
- 2.2 O certame será realizado por meio da utilização do aplicativo “Licitações”, do Portal de Compras Públicas, conforme convênio de cooperação celebrado entre este e o **MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO**.
- 2.3 Os trabalhos serão conduzidos por funcionário do município, denominado **PREGOEIRO (AGENTE DE CONTRATAÇÃO)**, com o suporte de sua Equipe de Apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações”.

**3 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:**

- 3.1 Somente poderão participar desta licitação as empresas que prestem os serviços referentes ao objeto deste Pregão e cumpram com as exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 3.2 Estarão impedidos de participar da presente licitação, direta ou indiretamente, empresas enquadradas em quaisquer das hipóteses previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/21:
- 3.2.1 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.2.2 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

- 3.2.3 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.2.4 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;
- 3.2.5 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.2.6 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 3.2.7 O impedimento de que trata o item 3.2.3 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.2.8 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os incisos 3.2.1 e 3.2.2 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.2.9 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

#### **4 DO CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES:**

- 4.1 Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.
- 4.2 As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), qualquer dúvida, em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida pelos *números: 3003-5455 | 0800 730 5455*, junto à *Central de Atendimento do Portal de Compras Públicas*.
- 4.3 É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital.
- 4.4 Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

- 4.5 Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 4.6 Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.
- 4.7 Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e;
- 4.8 Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

## 5 DA PARTICIPAÇÃO:

- 5.1 A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

5.1.1 As informações dos dados para acesso deverão ser feitas diretamente no sítio [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), opção “Sistema de Compras - área restrita a credenciados”.

- 5.2 O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 5.3 Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

## 6 DOS CRITÉRIOS DE ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES:

- 6.1 A partir do horário previsto no sistema, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro (agente de contratação) a avaliar a aceitabilidade das propostas, as quais o prazo de validade não será inferior a 30 dias.
- 6.2 O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 6.3 Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 6.4 Após a fase de disputa de preços, o agente de contratação verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

- 6.5 Serão desclassificados os anexos das propostas que:
- 6.5.1 não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
  - 6.5.2 apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
    - 6.5.2.1 **Todos os itens da proposta, integrantes do lote, deverão estar dentro do valor de referência orçado pela ADMINISTRAÇÃO.**
  - 6.5.3 que não tiverem sua exequibilidade demonstrada;
  - 6.5.4 apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável;
- 6.6 Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.
- 6.7 As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o Pregoeiro (agente de contratação) dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 6.8 Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.
- 6.9 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:
- 6.9.1 O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.
  - 6.9.2 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
  - 6.9.3 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.
  - 6.9.4 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de 1,0% (um por cento), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.
  - 6.9.5 Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado.
  - 6.9.6 Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.10 A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.
- 6.11 O valor da proposta será reajustado pelo índice IPCA ou outro que vier a substituí-lo, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, respeitada a anualidade do período.
- 6.12 Todos os itens da proposta, integrantes do lote, deverão estar dentro do valor de referência orçado pela ADMINISTRAÇÃO.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

6.13 Em anexo à proposta, deverá ser encaminhado o currículo e/ou Portifólio da Produtora, listando as principais atividades similares realizadas, contendo imagens, links e reportagens.

**7 MODO DE DISPUTA:**

7.1 Será adotado o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observando as regras constantes no item 6.

7.2 A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

7.3 A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.4 Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.5 Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o Pregoeiro (agente de contratação) poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

7.6 Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o Pregoeiro (agente de contratação) no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.7 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro (agente de contratação) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

7.8 Serão aceitos preços com até 02 (duas) casas decimais.

7.9 **As Propostas Comerciais finais deverão ser elaboradas conforme o modelo Anexo II e II.1 – Modelo Final de Proposta e Declarações, contendo a planilha de composição de preços, obedecendo aos requisitos desta licitação, e dispostas na mesma formulação apresentada, também contendo, no mínimo, as seguintes informações:**

7.10 Data, assinatura e identificação, em sua parte final, do representante legal da Licitante.

7.11 Preço em algarismo arábico e por extenso, em moeda corrente nacional.

7.11.1 Ocorrendo discordância entre os valores numéricos e por extenso prevalecerão estes últimos.

7.12 Prazo de validade da proposta de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da sessão de abertura da licitação.

7.13 Nos preços já deverão estar computados os impostos, frete, seguro, material, taxas e demais despesas que, direta ou indiretamente tenham relação com o objeto.

**8 CRITÉRIOS DE DESEMPATE:**

8.1 Encerrada etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado a declaração, de que trata o item 10.1.2.3 deste Edital;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

- 8.2 Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.
- 8.3 Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:
- 8.3.1 A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada via sistema para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.
- 8.3.2 Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 8.1 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto no subitem 8.3.1.
- 8.4 O disposto no item 8.1 não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006.
- 8.5 Se não houver licitante que atenda ao item 8.1, 8.2 e 8.3, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60, da Lei nº 14.133/21.
- 8.6 Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados, conforme hipóteses previstas no art. 60, § 1º da Lei nº 14.133/21.

**9 DOS CRITÉRIOS DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO:**

- 9.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o Pregoeiro (agente de contratação) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.
- 9.2 A resposta à contraproposta e o envio de documentos complementares, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive a sua adequação ao último lance ofertado, que sejam solicitados pelo Pregoeiro (agente de contratação), deverão ser encaminhados no prazo de 12 horas.
- 9.3 Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.
- 9.4 Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

**10 DA HABILITAÇÃO:**

- 10.1 Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o licitante detentor da melhor oferta deverá comprovar a situação de regularidade na forma dos artigos 67, 68 e 69 da Lei nº 14.133/2021, no prazo de 12 (doze) horas, contadas da classificação:
- 10.1.1 As propostas deverão ser enviadas exclusivamente por meio do sistema, e poderão ser retirados ou substituídos até a abertura da sessão pública.
- 10.1.2 O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

- 10.1.2.1 O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, respondendo o declarante pela veracidade das suas informações, na forma da lei.
  - 10.1.2.2 Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
  - 10.1.2.3 O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.
  - 10.1.2.4 As licitantes que se declararem beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006 e não comprovarem os requisitos legais para tal enquadramento, serão inabilitadas e poderão estar sujeitas às sanções previstas no edital e na legislação pertinente.
  - 10.1.2.5 Declaração de observância do limite de R\$ 4.800.000,00 na licitação, limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
  - 10.1.2.6 Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
  - 10.1.2.7 Outras eventuais declarações complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo sistema do pregão eletrônico e/ou pregoeiro, deverão ser realizadas via sistema ou encaminhadas no prazo máximo de 12 (doze) horas.
- 10.1.3 Os documentos de habilitação deverão ser entregues em formato digital, devendo estar assinados digitalmente por representante legalmente autorizado da participante, com a utilização de certificados do tipo e-CNPJ ou e-CPF, emitidos por autoridades certificadoras reconhecidas pela Infraestrutura de Chaves-Públicas Brasileira - ICP/Brasil.
  - 10.1.4 As certidões que não indicarem a data de validade só serão aceitas se emitidas nos últimos **180 (cento e oitenta) dias** em relação à data da sessão de abertura do certame.

## 11 DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO:

### 11.1 Habilitação Jurídica:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

- 11.1.1 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; registro comercial, no caso de empresa individual.
- 11.1.2 Inscrição do ato constitutivo, caso de sociedades civis, acompanhada de prova da investidura da diretoria em exercício.
- 11.1.3 Certidão do Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas no caso de Sociedade Simples.
- 11.2 **Regularidade Fiscal:**
- 11.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
- 11.2.2 Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- 11.2.3 Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes, estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 11.2.3.1 Sendo inscrição estadual, o documento no Estado do Rio Grande do Sul, é o DI/RE - Documento de Identificação da Receita Estadual, se for Municipal deve ser comprovado com qualquer documento oficial do município que demonstre o número de inscrição.
- 11.2.4 Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Quanto à Dívida Ativa da União e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e relativo à Seguridade Social – INSS), Estadual e Municipal do domicílio ou sede do Licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei.
- 11.2.4.1 As certidões negativas de débito emitidas pelas Fazendas Estadual e Municipal deverão abranger todos os tributos administrados por essas fazendas.
- 11.3 **Regularidade Trabalhista:**
- Apresentar prova de Regularidade Trabalhista fornecida pela Justiça do Trabalho (<http://www.tst.jus.br/certidao>).
- 11.4 **Qualificação Econômico Financeira:**
- 11.4.1 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.
- 11.4.1.1 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar os demais requisitos de habilitação.
- 11.4.2 Apresentar **Balço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigível e apresentado na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

balancetes ou balanços provisórios, tais documentos devem obedecer aos requisitos formais de elaboração estabelecidos em lei e indicados pela ciência contábil e estarem devidamente registrados e autenticados na Junta Comercial de acordo com a Instrução Normativa nº 82/2021- DREI ou no Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) - Decreto nº 6022/2017, conforme tabela que segue:

DESCRIÇÃO	MICROENTIDADES (fat. até 4,8 milhões ao ano) NBC TG 1002	PEQUENAS EMPRESAS (fat. 4,8 até 78 milhões ao ano) NBC TG 1001	DEMAIS EMPRESAS (fat. 78 a 300 milhões NBC TG 1000); (fat. acima de 300 milhões IFRS FULL)	COOPERATIVAS (Lei 5.764/71, Lei 12.690/12 e Código Civil)
Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário com devido registro na Junta Comercial ou SPED	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
Termo de Autenticação na Junta Comercial ou Sistema Público de Escrituração Digital - SPED	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
Balanco Patrimonial - BP	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
Demonstração de Sobras ou Perdas - DSP	-	-	-	Obrigatório
Desmonstração do Resultado do Exercício - DR	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	-
Desmonstração dos Lucros ou Prejuizos Acumulados - DLPA	Obrigatório	Obrigatório (dispensado se apresentar DMPL)	Obrigatório (dispensado se apresentar DMPL)	-
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL	-	Obrigatório (se não apresentar DLPA)	Obrigatório (se não apresentar DLPA)	-
Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC (Para empresa com PATRIMÔNIO LÍQUIDO acima de R\$ 2.000.000,00)	-	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
Demonstração do Resultado Abrangente - DRA (Dispensado quando apresentar DLPA)	-	-	Obrigatório	-
Notas Explicativas - NE (Cooperativas devem atender a NBC-ITG/CFC nº 2004/2017)	-	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório***

- 11.4.3 As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar balanço de abertura, devidamente registrado.
- 11.4.4 As empresas sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar Federal 123/2006, optantes pelo SIMPLES NACIONAL, embora estejam dispensadas do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis, assim o estão apenas para fins fiscais sendo obrigatória a apresentação desses documentos para a licitação.
- 11.4.5 O Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) devem, obrigatoriamente, comprovar registro na Junta Comercial ou SPED. As demais demonstrações contábeis apresentadas, quando não comprovado registro em órgão oficial, deverão estar assinadas por Contador ou Técnico de Contabilidade, neles constando a indicação do número de registro destes junto ao Conselho Regional de Contabilidade.
- 11.4.6 Para comprovação da boa situação financeira, a licitante deverá apresentar em conjunto com o balanço a análise, devidamente assinada por contabilista responsável, dos seguintes índices:

**Liquidez Corrente - LC:**

Ativo Circulante

**= 1,0 ou maior**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

Passivo Circulante

**Liquidez Geral - LG:**

$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} = 1,0 \text{ ou maior}$

**Solvência Geral – SG:**

$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} = 1,0 \text{ ou maior}$

**11.5 Qualificação Técnica:**

- 11.5.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar Responsáveis Técnicos habilitados, sendo, no mínimo, um Arquiteto ou Engenheiro Civil e um Engenheiro Eletricista, devidamente registrados nos respectivos conselhos profissionais (CAU/CREA).
- 11.5.2 No mínimo 2 (dois) atestados de Capacidade Técnica de outros eventos similares que comprovem que a empresa já realizou eventos compatíveis com o objeto da licitação, citando características, quantitativos e prazos, fornecida por pessoa Jurídica de direito público ou privado.
- 11.5.3 Apresentar Certificado de inflamabilidade de lonas.

**12 DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

- 12.1 Impugnações ao ato convocatório da Concorrência Eletrônica poderão ser enviados ao Agente de Contratação (pregoeiro), até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, **exclusivamente** por meio do Portal de Compras Públicas disponível no link: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)
- 12.2 As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas no portal de compras públicas e no sítio eletrônico da Administração: [www.saoleopoldo.rs.gov.br](http://www.saoleopoldo.rs.gov.br).

**13 DOS RECURSOS:**

- 13.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021:
- 13.1.1 O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 13.1.2 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 13.1.2.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.
- 13.1.2.2 o prazo para a **manifestação da intenção de recorrer da habilitação** será 3 (três) horas.
- 13.1.2.3 Os recursos deverão ser encaminhados **em campo próprio do sistema**.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

- 13.1.2.4 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 13.1.2.5 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 13.1.2.6 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 13.1.2.7 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 13.1.2.8 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.1.2.9 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico:  
[www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

#### **14 DA HOMOLOGAÇÃO:**

Proclamado o resultado final da licitação, os autos do processo serão remetidos à autoridade competente para fins de homologação.

#### **15 DAS CONDIÇÕES E PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO:**

- 15.1 O **MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO** convocará regularmente o vencedor da licitação para assinar o contrato cuja minuta, em anexo, integra este Edital.
- 15.2 O **ADJUDICATÁRIO** terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação (por e-mail e/ou telefone), para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, bem como no artigo 90 da Lei nº 14.133/21.
- 15.3 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão para a assinatura do contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura por correspondência postal com aviso de recebimento (AR), mediante solicitação do licitante vencedor, para que seja assinado no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do seu recebimento.
- 15.4 Os prazos previstos nos subitens anteriores poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do licitante vencedor e aceita pela Administração.
- 15.5 Na data de assinatura do contrato, o licitante vencedor deverá estar com todos os documentos legalmente exigíveis dentro do período de validade.
- 15.6 Apresentar prova do registro e contrato entre as partes do técnico responsável pelo objeto do contrato, no conselho competente, assinada por representante legal ou procurador/credenciado.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

15.6 A ADJUDICATÁRIA deverá, obrigatoriamente, prestar garantia, renovável e atualizável anualmente, por uma das modalidades previstas no art. 96, da Lei nº 14.133/2021, **correspondente a 5% do valor contratual**, ou seja, o valor mensal da proposta (Montante A + Montante B) multiplicado por 12 (doze) meses, podendo optar por uma das seguintes modalidades.

15.6.1 caução em dinheiro ou título da dívida pública;

15.6.2 seguro-garantia;

15.6.3 fiança-bancária;

15.7 A garantia a que se refere o item 16.4 deverá ser atualizada durante toda a vigência contratual.

15.8 **DO SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL PARA EVENTOS**

15.8.1 A CONTRATADA deverá, previamente ao início da execução contratual, contratar e manter vigente **Seguro de Responsabilidade Civil para Eventos**, compatível com o porte e os riscos inerentes ao objeto contratado.

15.8.1.1 O seguro deverá cobrir, no mínimo, danos pessoais e materiais a terceiros, incluindo público, equipe técnica, prestadores de serviço e bens públicos ou privados, bem como eventuais custos judiciais decorrentes de sinistros relacionados à execução do contrato.

15.8.1.2 A apólice deverá ter vigência durante todo o período de montagem, realização e desmontagem do evento.

15.8.1.3 A comprovação da contratação do seguro, mediante apresentação da respectiva apólice, **será condição para o início da execução do contrato**, sendo que **os** custos relativos ao seguro deverão estar inclusos no valor contratado, não sendo admitida qualquer cobrança adicional.

15.9 **DA ORDEM DE INÍCIO:** O início da execução do objeto ocorrerá mediante emissão de ordem de início pela CONTRATANTE.

15.9.1 Durante as etapas de montagem e desmontagem das estruturas, a CONTRATADA deverá manter, obrigatoriamente, no local, no mínimo 02 (dois) representantes da empresa, acompanhados do respectivo Responsável Técnico, desde o início até a conclusão dos trabalhos.

15.9.2 A CONTRATADA deverá obter o Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndios (APPCI) para evento temporário, emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul, bem como apresentar o respectivo PPCI no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas anteriores ao início do evento.

16 **DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:**

16.1 Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

16.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

- 16.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - 16.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato;
  - 16.1.4 **Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;**
  - 16.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
  - 16.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - 16.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
  - 16.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
  - 16.1.9 Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - 16.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
    - 16.1.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
  - 16.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;
  - 16.1.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 16.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 16.1 deste edital as seguintes sanções:
- 16.2.1 Advertência;
  - 16.2.2 Multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado.
  - 16.2.3 Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
  - 16.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 16.3 A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (Lei 14.133/2021, art. 156, §9º).
- 16.4 Todas as sanções previstas do Termo de Referência - Anexo III, poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (Lei 14.133/2021, art. 156, §7º).
- 16.5 Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (Lei 14.133/2021, art. 157).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

- 16.6 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 16.7 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
- 16.8 Na aplicação das sanções serão considerados (Lei 14.133/2021, art. 156, §1º):
- 16.8.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 16.8.2 as peculiaridades do caso concreto
  - 16.8.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes
  - 16.8.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública
  - 16.8.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 16.9 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei 14.133/2021 art. 159.
- 16.10 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (Lei 14.133/2021, art. 160).
- 16.11 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Lei 14.133/2021, Art. 161).
- 16.12 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

**17 DO PAGAMENTO, DA LIQUIDAÇÃO E DO REAJUSTE**

17.1 A forma de pagamento e de liquidação serão de acordo com o que consta na cláusula quarta do Anexo I – MINUTA DO CONTRATO.

17.2 Os critérios de reajuste serão de acordo com o que consta na cláusula terceira do Anexo I – MINUTA DO CONTRATO.

**18 DISPOSIÇÕES FINAIS:**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

- 18.1 Sem prejuízo do caráter público de todos os atos do procedimento licitatório, não se admitirá, durante a análise das propostas, a interferência de pessoas estranhas ao Pregão Eletrônico, a qualquer título que seja ressalvada a hipótese de requisição pelo Pregoeiro (agente de contratação).
- 18.1.1 É facultada ao Pregoeiro (agente de contratação) ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.
- 18.2 A Licitante deverá assumir todos os custos de elaboração da proposta, não sendo o **MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO**, em qualquer hipótese, responsável por estes, independente do resultado da licitação.
- 18.3 A Licitante fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).
- 18.4 Todas as comunicações e intimações serão dadas as participantes diretamente pelo endereço eletrônico, surtindo desde logo seus efeitos legais.
- 18.5 O Pregão Eletrônico poderá ser revogado ou anulado nos termos do artigo 71 da Lei nº 14.133/21.
- 18.6 A adjudicação do (s) objeto (s) deste Pregão Eletrônico não implicará direito à contratação.
- 18.7 Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei nº 14.133/21, e alterações posteriores.

**19 ANEXOS:**

Constituem anexos deste edital os seguintes documentos:

- 19.1 Anexo I – Minuta do Contrato
- 19.2 Anexo II – Modelo de Proposta, com Declarações da Proponente
- 19.3 Anexo II.1 – Planilha de Composição de Preços
- 19.4 Anexo III – Termo de Referência
- 19.5 Anexo IV – Estudo Técnico Preliminar
- 19.6 Anexo V – Segurança do Trabalho.

São Leopoldo, 20 de maio de 2026.

Rafael de Almeida  
Secretário de Compras e Licitações



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO  
ANEXO I – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº \_\_\_\_/2026

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de planejamento, organização, produção e execução da **São Leopoldo Fest**, compreendendo atividades preparatórias, operacionais e de encerramento do evento cultural promovido pelo município de São Leopoldo, que fazem entre si O MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO e a empresa \_\_\_\_\_.

**O MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede nesta cidade, na Av. Dom João Becker, nº. 754, CEP. 93010-010, inscrita no CNPJ 89.814.693/0001-60, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Compras e Licitações, Rafael de Almeida, pessoa jurídica de Direito Público, designados CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, com sede na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, neste ato representado por seu representante legal Sr (a) \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o nº, doravante designada **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente Instrumento Contratual com fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, de acordo com a proposta vencedora do Pregão Eletrônico nº. 15/2026, que se realizou em conformidade com a Lei Federal nº. 14.133, de 01/04/2021, e legislação pertinente, assim como pelas condições do edital referido, pelos termos da proposta e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA (OBJETO):**

1.1 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de planejamento, organização, produção e execução da **São Leopoldo Fest**, compreendendo atividades preparatórias, operacionais e de encerramento do evento cultural promovido pelo município de São Leopoldo.

1.1.1 As especificações referentes ao objeto estão discriminadas no item 4 do Anexo III, Termo de Referência.

**CLÁUSULA SEGUNDA (DAS ATIVIDADES, LOCAIS E DATAS, E DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

**2.1 DAS ATIVIDADES A SEREM REALIZADAS:** Os serviços contratados serão para a realização da São Leopoldo Fest.

**2.2 DO LOCAL E DATAS DE EXECUÇÃO:** O evento será realizado no período de 22 a 26 de julho de 2026, das 10 às 00 horas, na Praça do Imigrante - Av. Dom João Becker s/nº Centro de São Leopoldo.

2.2.1 A contratação dos serviços será conforme especificações previstas no item 4 do Anexo III, Termo de referência, e as diárias correspondem a 12 horas de trabalho.

2.2.2 A necessidade de alteração de datas, horários e/ou locais por parte da CONTRATANTE não implicará em nenhum ônus desta para com a CONTRATADA;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

2.2.3 Na impossibilidade de realização do evento citado nesta cláusula, por motivo de força maior, este poderá ser reprogramado e executado pela CONTRATADA em datas futuras, firmadas em comum acordo com a organização, desde que dentro do período de vigência do contrato, sem ônus à CONTRATANTE.

2.3 **DA FORMA DE EXECUÇÃO:** A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelo planejamento, montagem e desmontagem das estruturas destinadas aos eventos.

2.3.1 A estrutura deverá estar integralmente montada até as 22h do dia anterior ao evento.

2.3.2 A desmontagem deverá ocorrer após o encerramento, com liberação total da área no prazo máximo de até 2 (dois) dias após o término do evento.

2.3.3 Os serviços e materiais deverão ser fornecidos conforme solicitações da CONTRATANTE

**1.3 DO PRAZO DE VIGÊNCIA:** O prazo de duração do Contrato será pelo período de 06 (seis) meses, a contar da data de assinatura.

**CLÁUSULA TERCEIRA (VALOR DO CONTRATO E REAJUSTE):**

4.1 O preço do lote 1 para execução do objeto contratado é de R\$ \_\_\_\_\_  
( \_\_\_\_\_ ), a ser pago pela CONTRATANTE.

4.2 O preço do lote 2 para execução do objeto contratado é de R\$ \_\_\_\_\_  
( \_\_\_\_\_ ), a ser pago pela CONTRATANTE.

4.3

4.4 **DA DOTAÇÃO:** A dotação orçamentária será determinada Secretaria de Cultura e Turismo, qual seja:

2026/1287 - Prefeitura Municipal de São Leopoldo

16.02.13.392.0054.2585 - manutenção de atividades culturais continuadas

3.3.90.39.00.00.00.00 - outros serviços de terceiros - pessoa jurídica

1500 - recursos não vinculados de impostos

3.3.90.39.22.00.00.00 - exposições, congressos e conferências

4.5 Os preços acima mencionados contemplam todos os custos, direta ou indiretamente, relacionados com a perfeita e completa execução do contrato.

4.5.1 De acordo com a Lei nº 10.192/2001, regular-se-á o reajustamento observando-se o interregno mínimo de 12 (doze) meses para a primeira repactuação, que será contado a partir:

4.5.1.1 Da data limite para apresentação das propostas constantes do instrumento convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; ou

4.5.1.2 Da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos.

4.5.2 Fica fixado o reajustamento por meio do índice IPCA, divulgado pela Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ou índice legal oficial que venha a substituí-lo.

**CLÁUSULA QUARTA (CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, LIQUIDAÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO):**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

- 4.1 O pagamento do serviço será efetuado pela **CONTRATANTE** em 30 (trinta) DIAS, A PARTIR DA DATA DA APRESENTAÇÃO DA Nota Fiscal/Fatura pela **CONTRATADA** e após a conferência e liquidação desta pelo Departamento de Despesa Pública/SEMFA.
- 4.2 A Nota Fiscal/Fatura deverá conter, além das informações básicas, os dados bancários do fornecedor, a especificação e o número do respectivo empenho.
- 4.3 O encaminhamento das Notas Fiscais/Faturas para pagamento será realizado após a conferência do material fornecido e o ateste definitivo na Nota Fiscal/Fatura.
- 4.4 A **CONTRATADA** deverá estar em dia com a regularidade fiscal, na data da emissão da Nota Fiscal/Fatura em relação ao INSS, FGTS, Trabalhistas, Tributos Federais, estadual e Municipal, que serão aferidos nos sítios geradores, pelo gestor do contrato e atestado no documento fiscal, na impossibilidade de gerar a comprovação pela internet, fica a **CONTRATADA** obrigada a fornecer o documento comprobatório da regularidade.
- 4.5 A Nota Fiscal/Fatura emitida com erro deverá ser substituída. Neste caso, a **CONTRATANTE** efetuará a devida comunicação à **CONTRATADA**, dentro do prazo fixado para o pagamento e disporá de até 15 (quinze) dias, a partir da sua correção ou substituição, para pagamento, sem prejuízo ao prazo supramencionado.
- 4.6 O pagamento será efetuado por meio de crédito em conta corrente da **CONTRATADA**, devendo esta informar o número do Processo Licitatório, Nome e Número da Conta Corrente e da Agência, como também registrá-los no próprio Recibo Fiscal.
- 4.7 O documento de cobrança deverá ser emitido em 03 (três) vias, em nome da **CONTRATANTE**, trazendo o número do empenho e o processo a que este se refere, conforme segue:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO**

Endereço: Av. Dom João Becker, nº. 754, Bairro Centro

CEP 93.010-010

CNPJ: 89.814.693/0001-60

Inscrição Estadual: Isenta

Empenho nº.: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

**Licitação nº.: PE 15/2026**

**4.8 DA LIQUIDAÇÃO:**

- 4.8.1 Para fins de liquidação, a área competente deverá verificar se a nota fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: I. a data da emissão; II. os dados do contratado e contratante; III. o período respectivo de execução; IV. o valor a pagar; V. os dados bancários (banco, agência e conta corrente em nome da **CONTRATADA**), e VI. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 4.8.2 A nota fiscal deverá acompanhar a entrega a ser recebida pelo **CONTRATANTE** e também deverá ser enviada em meio eletrônico para o endereço que constar no empenho.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

- 4.8.3 Junto à Nota Fiscal, deverão ser apresentados os documentos de Habilitação Fiscal constante nos itens: 11.2 e 11.3 do Edital, que deverão ser encaminhados preferencialmente pelo e-mail que constar no edital.
- 4.8.4 Os documentos exigidos no subitem anterior, que não expressarem o prazo de validade, deverão ter data de expedição não superior a 180 (cento e oitenta) dias.

**CLÁUSULA QUINTA (DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE):**

- 5.1 Além de outros, previstos neste instrumento, a **CONTRATANTE** terá o direito de receber o objeto contratual executado em estrita observância às especificações técnicas e com qualidade.
- 5.2 Constituem obrigações da **CONTRATANTE**, além de outras previstas neste Contrato:
- 5.2.1 Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, em conformidade com o disposto neste instrumento e nos documentos que o integram.
- 5.2.2 Notificar, formal e tempestivamente, à **CONTRATADA** sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste contrato.
- 5.2.3 Emitir as Ordens de Início dos Serviços e promover a verificação dos relatórios dos serviços prestados;
- 5.2.4 Fornecer e colocar à disposição da **CONTRATADA**, quaisquer informações que se fizerem necessárias à execução dos serviços, conforme previsto no Anexo III – Termo de Referência.
- 5.2.5 Acompanhar a execução da prestação de serviços, através da fiscalização e gestão do contrato.
- 5.2.6 Evitar atrasos, pois podem acarretar encargos adicionais, como juros, ou até sanções administrativas.
- 5.2.7 Respeitar as condições pactuadas, sem criar exigências ou obstáculos que não estejam previstas inicialmente.
- 5.2.8 Prestar esclarecimentos ou orientações à **CONTRATADA** sempre que necessário, para evitar dúvidas ou falhas na execução.
- 5.2.9 Quando a **CONTRATADA** descumprir obrigações do contrato, a Administração Pública deve:
- 5.2.9.1 Formalizar notificações de irregularidades.
- 5.2.9.2 Aplicar sanções previstas na Lei 14.133/2021 (advertência, impedimento de licitar, declaração de inidoneidade), além de multa por atraso (podendo variar de 0,33% por dia sobre o valor do contrato, limitado a 10%), observando o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- 5.2.9.3 Garantir que o contrato permaneça vigente de acordo com os prazos e termos pactuados, renovando ou encerrando o vínculo dentro dos limites legais.
- 5.2.9.4 Prestar contas de forma regular e transparente para assegurar que as obrigações financeiras e administrativas estão sendo cumpridas.

**CLÁUSULA SEXTA (DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA):**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

- 6.1 Além de outros, previstos neste instrumento, a **CONTRATADA** terá o direito de receber os valores correspondentes a execução do contrato dentro das condições estabelecidas.
- 6.2 Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além de outras previstas no presente contrato e nos documentos que o integram:
- 6.2.1 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação.
- 6.2.2 Responsabilizar-se por danos diretos, mediatos ou imediatos, extravios ou prejuízos causados à **CONTRATANTE**. A **CONTRATADA**, desde que provada à existência de culpa ou dolo de seus prepostos e/ou empregados, assumirá a responsabilidade de reparar totalmente os bens, ou substituí-los, preferencialmente pela mesma característica e qualidade. A **CONTRATANTE** poderá reter pagamentos que possibilitem o ressarcimento de danos causados, respeitada a ampla defesa e o contraditório.
- 6.2.3 Responder pelos atos e omissões de seus prepostos, empregados e demais pessoas que utilizar na execução deste Contrato.
- 6.2.4 A **CONTRATADA** deverá fornecer profissionais devidamente identificados, mediante uso de crachá e/ou uniforme da empresa, bem como equipados com os respectivos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), em conformidade com a legislação vigente.
- 6.2.5 A **CONTRATADA** deverá promover a substituição de qualquer empregado, mediante solicitação fundamentada da fiscalização.
- 6.2.6 A **CONTRATADA** deverá atender integralmente às exigências e apontamentos do Corpo de Bombeiros, a qualquer tempo, realizando, às suas expensas, todas as adequações necessárias.
- 6.2.7 A **CONTRATADA** será responsável pelos danos causados à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, devendo promover o ressarcimento ou a substituição dos bens danificados por outros de características equivalentes.
- 6.2.7.1 A **CONTRATANTE** poderá reter valores para ressarcimento, observados o contraditório e a ampla defesa.
- 6.2.8 A **CONTRATADA** deverá refazer, às suas expensas, os serviços executados em desacordo com as especificações, mediante determinação da fiscalização, sem prejuízo dos prazos contratuais.
- 6.2.9 A **CONTRATADA** deverá comprovar, sempre que solicitada pela fiscalização, o cumprimento das obrigações contratuais e legais, especialmente quanto aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.
- 6.2.10 É vedada à **CONTRATADA** a realização de modificações no objeto contratado sem prévia autorização, formal e por escrito, da **CONTRATANTE**.
- 6.2.11 A **CONTRATANTE** não assumirá quaisquer ônus decorrentes do inadimplemento das obrigações da **CONTRATADA**, permanecendo estas sob sua inteira responsabilidade.
- 6.2.12 A **CONTRATADA** deverá disponibilizar veículos, pessoal, equipamentos e acessórios necessários à execução do objeto, em quantidade suficiente para o cumprimento dos prazos e das especificações estabelecidas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

- 6.2.13 A CONTRATADA responderá por prejuízos decorrentes de atraso, omissão ou erro na execução do objeto contratual.
- 6.2.14 A CONTRATADA será responsável pelo pagamento de eventuais encargos junto ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD).
- 6.2.15 A CONTRATADA deverá fornecer os serviços e materiais em conformidade com as especificações técnicas do edital, garantindo sua qualidade e ausência de defeitos.
- 6.2.16 A CONTRATADA deverá reparar ou substituir, às suas expensas, quaisquer materiais ou serviços que apresentem defeito.
- 6.2.17 A CONTRATADA deverá cumprir integralmente as disposições do edital, do Termo de Referência e da proposta adjudicada.
- 6.2.18 A CONTRATADA deverá fornecer à CONTRATANTE todas as informações necessárias à execução do objeto.
- 6.2.19 A CONTRATADA deverá atender prontamente às solicitações da fiscalização, sem ônus adicional, no prazo máximo de **até 2 (duas)** horas antes do evento e de forma imediata durante sua realização.
- 6.2.20 A organização do evento deverá adotar práticas ambientais alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, incluindo:
- 6.2.20.1 Coleta seletiva.
  - 6.2.20.2 Redução de plásticos descartáveis.
  - 6.2.20.3 Incentivo à reutilização de materiais.
- 6.2.21 Caberá exclusivamente à CONTRATADA a responsabilidade pela obtenção de todos os alvarás, licenças e autorizações necessárias para a realização do evento perante os órgãos competentes (Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária, Segurança Pública, Meio Ambiente, etc.), antes do início da montagem ao gestor e fiscal do contrato.
- 6.2.22 A CONTRATADA deverá providenciar, às suas expensas, o Plano de Proteção e Prevenção Contra Incêndio (PPCI) temporário, específico para o layout do evento, garantindo a sinalização de rotas de fuga com largura mínima de 05 (cinco) metros, instalação de extintores e demais exigências das Normas Técnicas do Corpo de Bombeiros Militar do RS.
- 6.2.23 É obrigação da CONTRATADA a apresentação de todas as Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registros de Responsabilidade Técnica (RRT) referentes a:
- 6.2.23.1 Montagem de estruturas (palcos, pirâmides, arquibancadas);
  - 6.2.23.2 Instalações elétricas e grupos geradores;
  - 6.2.23.3 Planos de sonorização e PPCI.
- 6.2.24 O pagamento das taxas relativas aos licenciamentos descritos neste item é de inteira responsabilidade da CONTRATADA, devendo tais custos estarem inclusos em sua proposta comercial.
- 6.3 **DO SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL PARA EVENTOS**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

- 6.3.1 A CONTRATADA deverá, previamente ao início da execução contratual, contratar e manter vigente **Seguro de Responsabilidade Civil para Eventos**, compatível com o porte e os riscos inerentes ao objeto contratado.
- 6.3.1.1 O seguro deverá cobrir, no mínimo, danos pessoais e materiais a terceiros, incluindo público, equipe técnica, prestadores de serviço e bens públicos ou privados, bem como eventuais custos judiciais decorrentes de sinistros relacionados à execução do contrato.
- 6.3.1.2 A apólice deverá ter vigência durante todo o período de montagem, realização e desmontagem do evento.
- 6.3.1.3 A comprovação da contratação do seguro, mediante apresentação da respectiva apólice, será condição para o início da execução do contrato, sendo que **os custos relativos ao seguro deverão estar inclusos no valor contratado**, não sendo admitida qualquer cobrança adicional.

**CLÁUSULA SÉTIMA (PENALIDADES):**

- 7.1 O contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações arroladas no art 155 da Lei nº 14.133/21, podendo sujeitar, ainda, a **VENCEDORA**, garantida a prévia defesa, às penalidades previstas no art. 156 da referida Lei, quais sejam:
- 7.1.1 Advertência, exclusivamente pela infração administrativa, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 7.1.2 Multa, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
- 7.1.3 impedimento de licitar e contratar, nas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- 7.1.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 7.1.4.1 A sanção estabelecida no subitem 7.1.4 será precedida de análise jurídica, observando as regras constantes na Lei nº 14.133/21
- 7.2 As sanções previstas nos subitens 7.1.1, 7.1.3 e 7.1.4 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no subitem 7.1.2 do Edital.
- 7.3 A aplicação das sanções previstas no item 7.1 do edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**CLÁUSULA OITAVA (EXTINÇÃO CONTRATUAL):**

- 8.1 O contrato poderá ser rescindido/resilido, via distrato, nas seguintes hipóteses:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

- 8.2. Motivadamente, por descumprimento de qualquer das cláusulas e condições do contrato pela **CONTRATADA**, bastando mera notificação por escrito do **CONTRATANTE**, sem prejuízo de quaisquer indenizações e outras penalidades que possam incidir, garantida a defesa prévia e o direito ao contraditório;
- 8.3. Imotivadamente, se a **CONTRATANTE** manifestar tal vontade, por escrito, à outra, implicando na rescisão no prazo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo das atividades desenvolvidas nesse período;
- 8.4. Amigavelmente, se ambas as partes assim convencionarem, desde que por escrito e assinado por seus representantes legais;
- 8.5. Se ocorrer a extinção, liquidação, insolvência, falência, recuperação judicial ou extrajudicial da **CONTRATADA**.
- 8.6. Quando findar o prazo de vigência contratual e em não havendo interesse de uma ou ambas as partes, o contrato se encerrará, não sendo necessário qualquer tipo de comunicação entre as partes.
- 8.7. Em todos os casos de rescisão, os eventuais débitos ou créditos apurados entre as partes deverão ser liquidados até o 10º dia útil do mês subsequente ao final da contratação.
- 8.8. O contrato poderá ser suspenso por vontade mútua das partes, ou quando ocorrer eventos de caso fortuito ou força maior, devendo as partes, entretanto, apresentar um Relatório de Serviços Executados com o respectivo balanço de pagamentos efetuados e devidos.
- 8.9. O **CONTRATANTE** realizará cotações periódicas para aferição de preço de mercado, sendo que, caso o preço contratado esteja acima do preço de mercado, a **CONTRATADA** fica, desde já, ciente da possibilidade de rescisão, sem qualquer tipo de indenização.

**CLÁUSULA NONA (FISCALIZAÇÃO E INSPEÇÃO):**

- 9.1 A função de Fiscal do Contrato será exercida pela servidora **Lionella Pedroso Goulart**, matrícula 088938 e como Fiscal Substituto **Luis Fernando Fracasso**, matrícula nº 55744. O Fiscal do contrato acompanhará a execução física do contrato, sendo responsável direto pelas anotações das ocorrências em registro próprio, verificando se a execução do objeto do contrato ocorre conforme a especificação predeterminedada.
- 9.1.1 Quando a especificidade for extremamente técnica, o Fiscal designado no presente Termo de Referência deverá solicitar à área técnica competente auxílio na fiscalização.
- 9.1.2 Caso o quadro técnico de profissionais servidores do município não atender às qualidades técnicas, poderá o fiscal, com anuência do Gestor e do Secretário da Pasta, contratar empresa especializada para auxílio na fiscalização.
- 9.1.3 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do mesmo, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no edital, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI).
- 9.1.4 O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gestão do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

- 9.1.5 Identificada alguma irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III).
- 9.1.6 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).
- 9.1.7 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).
- 9.1.8 O fiscal técnico, se for o caso, comunicará ao gestor, em tempo hábil, o término da vigência do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

**CLÁUSULA DECIMA (GESTOR DO CONTRATO):**

- 10.1 A função de Gestor do Contrato será exercida pelo servidor **Juliano Roques**, matrícula 88338 e Gestor Substituto, **Willian Natan Machado Alves**, matrícula 55941. O Gestor de Contratos será responsável por gerenciar as relações firmadas com a **CONTRATADA**, analisando dados, informações e pareceres técnicos dos fiscais quanto a execução do objeto, a avaliação da qualidade dos resultados obtidos, bem como informações atualizadas que viabilizem a tomada de decisão relacionada a manutenção, ou não, das condições contratuais, zelando para que a execução ocorra de forma mais econômica e que atenda às necessidades de planejamento da **CONTRATADA**.
- 10.2 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais, de todas as ocorrências relacionadas à execução da aquisição e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 10.3 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da **CONTRATADA**, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 10.4 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, com menção ao seu desempenho na execução do contrato, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 10.5 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, X).
- 10.6 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, VI).

- 10.7 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor financeiro para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado nos termos do contrato.
- 10.8 A Prefeitura Municipal de São Leopoldo/RS designará um fiscal para o contrato que deverá realizar a conferência dos objetos recebidos, assim como acompanhar as demandas que surgirem ocasionalmente.
- 10.9 Todas as comunicações relativas ao objeto licitado serão consideradas como regularmente feitas se entregues ou enviadas por carta registrada, telegrama ou correio eletrônico (e-mail).

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA (DA POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO):**

- 11.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA declaram conhecer e se obrigam a cumprir integralmente as normas brasileiras de prevenção e combate à corrupção, fraude e atos lesivos contra a Administração Pública, direta ou indireta, nacional ou estrangeira, incluindo, mas não se limitando, à Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e seu regulamento (Decreto nº 11.129/2022), à Lei nº 8.429/1992, com as alterações da Lei nº 14.230/2021 (Lei de Improbidade Administrativa), à Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e às disposições pertinentes do Código Penal Brasileiro.

11.1.1 As partes comprometem-se a adotar condutas éticas e íntegras na execução do presente contrato, abstendo-se de praticar quaisquer atos de corrupção, fraude, tráfico de influência, pagamento ou recebimento de propina, oferecimento de vantagem indevida ou outras práticas ilícitas

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA (DISPOSIÇÕES GERAIS):**

- 12.1 Este Instrumento contratual poderá ser alterado mediante justificativa formal, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 (nova lei de licitações e contratos administrativos).
- 12.2 Ficam integrados a este contrato todos os anexos do edital que complementem sua aplicação.
- 12.3 A **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** não poderão prevalecer de acordos ou entendimentos que possam alterar qualquer disposição deste Contrato, senão quando celebrados, por escrito, entre os representantes da **CONTRATANTE** e o(s) representante(s) legal(is) da **CONTRATADA**, devidamente credenciado(s).

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA (FORO):**

- 13.1 Fica eleito o Foro da Comarca de São Leopoldo/RS para dirimir as questões oriundas da execução deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja

E assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em formato eletrônico, com assinatura digital, nos termos da legislação vigente, sendo considerado válido para todos os efeitos legais.

São Leopoldo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

Rafael de Almeida

Secretário Municipal de Compras e Licitações

**CONTRATANTE**

**CONTRATADA**

**ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COM DECLARAÇÕES DA PROPONENTE**

Ao Município de São Leopoldo;

**Ref. Pregão Eletrônico nº. 15/2026**

Ass.: Apresentação de Proposta Comercial e de declarações

<b>RAZÃO SOCIAL</b>	
<b>CNPJ</b>	
<b>ENDEREÇO</b>	
<b>FONE/FAX</b>	
<b>CONTATO</b>	
<b>EMAIL:</b>	
<b>DADOS PARA PAGAMENTO</b>	Banco: Agência: Conta:

**\* TABELA DE PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO**

Senhores:

Contratação de empresa produtora de eventos para a realização das atividades do Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de planejamento, organização, produção e execução da **São Leopoldo Fest**, compreendendo atividades preparatórias, operacionais e de encerramento do evento cultural promovido pelo município de São Leopoldo, em conformidade com as especificações descritas no presente Termo.

Cumpre-nos informar-lhes que examinamos os documentos de licitação, inteirando-nos dos mesmos, para a elaboração da presente proposta.

1. Em consonância com os documentos licitatórios, declaramos:
  - 1.1 Que nos comprometemos efetuar os serviços, objeto deste processo licitatório, nas condições exigidas no Edital, Projeto Básico e Termo de Referência;
  - 1.2 Que o prazo de validade da presente proposta comercial é de 30 (noventa) dias, contados da data limite para a entrega das propostas;
  - 1.3 Que todas as despesas com a preparação e apresentação da presente proposta correrão unicamente por nossa conta;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

- 1.4 Que reconhecemos o Município de São Leopoldo o direito de aceitar ou rejeitar todas as propostas, sem que assista qualquer direito indenizatório às proponentes;
- 1.5 Que a apresentação desta proposta considerou o pleno conhecimento das condições locais que servirão de base para a execução do objeto;
- 1.6 Que o preço do lote ofertado perfaz o total de R\$......(.....)

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

---

Denominação social ou carimbo com assinatura do representante legal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO  
ANEXO II.1 - PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS:

**LOTE 1: DA ESTRUTURA DA PRAÇA DO IMIGRANTE**

**OBSERVAÇÃO: DURANTE A DISPUTA, TODOS OS ITENS DA PROPOSTA, INTEGRANTES DO LOTE, DEVERÃO ESTAR DENTRO DO VALOR DE REFERÊNCIA ORÇADO PELA ADMINISTRAÇÃO.**

ITEM	PRODUTO / DESCRIÇÃO	LOCAL	DIMENSÃO	QT	UN.	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1.1	Camarins fechados, instalados com divisórias octanorm, com 01 porta e chave, equipadas com 01 sofá, 02 poltronas, 01 mesa, 04 cadeiras, espelho, frigobar com capacidade de 80 litros, 04 pontos de tomada, pontos de iluminação em led, ar condicionado, tablado com carpete e com forro. Em cada Camarim.	Palco	5x5	3	Un 5 diárias		
1.2	Estande Comerciais com estrutura modular em perfis de alumínio anodizado (sistema Octanorm) com travessas horizontais e verticais, painéis em TS ou madeira laminada branca, testeira adesivada com a identificação visual padronizada pela Secult, tablado com revestimento em carpete, 02 pontos de tomada, 01 ponto de iluminação em led, sendo 3 unidades com fechamento em vidro temperado com fechadura de miolo e puxador e todos com forro.	Praça do Imigrante e entorno	3x3	43	Un 5 diárias		
1.3	Estandes Institucionais com estrutura modular em perfis de alumínio anodizado (sistema Octanorm ou similar) com travessas horizontais e verticais, painéis em TS ou madeira laminada branca, testeira, tablado com revestimento em	Praça do imigrante	6x4	2	un/5dias		



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

	carpete, com telhado, 02 pontos de tomada, 02 pontos de iluminação em led e fechamento frontal (meia parede) com painéis em vidro, fechadura de miolo e puxador, equipadas com 01 sofá, 02 poltronas.						
1.4	Bombeiro Civil/brigadista, devidamente capacitados, com dedicação exclusiva durante todo o período operacional do evento, atuando preventivamente no combate a princípios de incêndio, coordenação de abandono de área, realização de primeiros socorros e inspeção constante das rotas de fuga e equipamentos de segurança, conforme o fluxo de público definido no Plano de Proteção Contra Incêndio (PPCI). Certificado de formação de Bombeiro Civil atualizado, emitido por instituição credenciada e treinamento específico em Primeiros Socorros e Atendimento Pré-Hospitalar (APH),	Evento		480	h		
1.5	Camisetas personalizadas em malha 100% poliéster com microfibras, gola redonda, processo de sublimação total localizada sendo a arte integral, conforme guia de identidade visual fornecido pela Secult.			60	un		
1.6	Confecção de credenciais em papel couché, gramatura mínima de 250g/m <sup>2</sup> , dimensões aproximadas de 100mm x 150 mm, impressão digital laser colorida (4x4 ou 4x0), alta definição, conforme layouts da SECULT, com cordão de nylon ou poliéster liso.			300	un		



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

1.7	Mesa estilo bistrô: 1m de altura, tampo com 60cm de diâmetro. C/ 4 banquetas cada.	Evento		10	un		
1.8	Equipe de trabalho e apoio para o palco, sendo dividida em: Prestação de serviço de apoio logístico para carga, descarga, montagem e movimentação de equipamentos e mobiliários durante o evento, com profissionais com aptidão física para manejo de cargas, devidamente uniformizados e epis.	Evento		40	Diária		
1.9	Equipe de Vigilância privada ostensiva e segurança preventiva, visando a proteção do público e a manutenção da ordem nas dependências do evento. Com todas as licenças exigidas. A empresa contratada deve possuir autorização de funcionamento e certificado de segurança emitidos pela <b>Policia Federal</b> , conforme legislação vigente. A equipe deverá estar uniformizada, identificada e equipada com rádio comunicadores de longo alcance e demais itens de proteção individual necessários à função.	Evento		592	h/diurnas		
1.9.1	Especificações idêntica ao Item 1.9	Evento		224	h/noturnas		
1.10	ECAD	Evento		1	taxa		
1.11	Seguro do evento. Contratação de seguro de responsabilidade civil (RC) para eventos e acidentes pessoais, visando a cobertura de danos materiais, corporais ou morais causados a terceiros, ao patrimônio público ou aos participantes durante a	Evento		1	apólice		



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

	realização do evento. Preço global.						
1.12	Banheiros Químicos com Cabine individual em polietileno de alta densidade, com ventilação natural por meio de grades laterais e teto translúcido para iluminação natural, tanque de armazenamento de detritos com capacidade mínima de 200 a 220 litros, vaso sanitário com assento e tampa, mictório individual, suporte para papel higiênico duplo e suporte para álcool em gel, identificação externa por gênero, incluso manutenção diária completa.	Evento		150	diárias		
1.13	Serviço de ambulância de suporte básico, composta por um técnico de enfermagem e condutor-socorrista para eventos.	Evento		5	diária		
1.14	Cobertura tipo pirâmide 10mx10m, em lona branca e estrutura de ferro, com estaiamento em caixas d'água, incluindo montagem, desmontagem e transporte.	Evento		70	diária		
1.15	Fornecimento de 20 (vinte) Rádios Comunicadores Portáteis com as devidas licenças exigidas em Lei, com capas, cintas, fones de ouvidos, carregadores e 20 baterias sobressalentes.	Evento		100	diárias		
1.16	Pavilhão de Shows 15x90x6m, estrutura metálica de alta performance (Q30), revestida com lona sintética branca impermeável e com tratamento antichama. Fechamento lateral em lona cristal, com resistência estrutural a ventos de até 120km/h e resistência de lona até 70km/h. Sistema de calhas para escoamento pluvial, estaiado	Evento		1	Un/5 diárias		



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

	com caixa d'água e emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)						
1.17	Palco Arena Show, fechamento fundo/laterais, escadas, guarda-corpo e rampa de acessibilidade (NBR9050), tamanho 10x10x1	Evento		1	Un/5 dias		
1.18	PPCI	Evento		1	proj		
1.19	<p>Fornecimento de equipamento para transmissão ao vivo no YouTube, em qualidade 4K, com estrutura de captação de vídeo e áudio e equipe técnica para instalação. ESCOPO TÉCNICO MÍNIMO EXIGIDO</p> <p>Captação de imagem – 03 câmeras (todas em 4K)</p> <p>a) 01 (uma) câmera fixa 4K</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Instalada com enquadramento frontal do evento.</li><li>• Inclusão de tripé/estrutura fixa e cabeamento completo.</li></ul> <p>b) 02 (duas) câmeras de chão 4K</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• 01 câmera dedicada à cobertura geral e planos aproximados do evento</li><li>• 01 câmera com mobilidade para acompanhar repórteres e entradas ao vivo.</li><li>• Operação de switch/corte ao vivo entre as 3 câmeras (operador de switcher).</li><li>• Monitoramento e controle técnico da transmissão durante todo o evento.</li></ul> <p>A empresa deverá fornecer:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• microfones para a equipe de narração (microfones de</li></ul>	Evento		1	Serviç/ 5 dias		



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

mesa/handheld/lapela, conforme solução técnica proposta); <ul style="list-style-type: none"><li>• 01 (um) microfone para repórter de chão, para entradas ao vivo durante o evento;</li><li>• cabos, receptores/transmissores e acessórios necessários (quando sem fio)</li></ul>							
--	--	--	--	--	--	--	--

- ✓ A CONTRATADA deverá apresentar currículo e/ou Portifólio da Produtora, listando as principais atividades similares realizadas, contendo imagens, links e reportagens em anexo à proposta.
- ✓ A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelo planejamento, montagem e desmontagem das estruturas destinadas aos eventos.
- ✓ A estrutura deverá estar integralmente montada até as 22h do dia anterior ao evento.
- ✓ A desmontagem deverá ocorrer após o encerramento, com liberação total da área no prazo máximo de até 2 (dois) dias após o término do evento.

**LOTE 2: CENOGRAFIA, DECORAÇÃO E ILUMINAÇÃO**

**OBSERVAÇÃO: DURANTE A DISPUTA, TODOS OS ITENS DA PROPOSTA, INTEGRANTES DO LOTE, DEVERÃO ESTAR DENTRO DO VALOR DE REFERÊNCIA ORÇADO PELA ADMINISTRAÇÃO.**

ITEM	PRODUTO / DESCRIÇÃO	LOCAL	DIMENSÃO	QT.	UN.	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
2.0	Execução de comunicação visual mediante aplicação de vinil adesivo impresso, com qualidade mínima de 720dpi, em material tipo polimérico, com opacidade adequada para cobertura total das superfícies. Incluso instalação e retirada. A composição gráfica deverá reproduzir o padrão estético enxaimel, com fundo claro e elementos simulando estrutura aparente em madeira, garantindo uniformidade visual entre os estandes.  A aplicação deverá ser realizada por equipe especializada,	Praça do Imigrante		390	m <sup>2</sup>		



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

	<p>assegurando acabamento sem bolhas, rugas, desalinhamentos ou emendas aparentes, incluindo tratamento de cantos, quinas e junções.</p> <p>O serviço deverá ser executado de forma compatível com o sistema octanorm, sendo vedada qualquer intervenção que comprometa sua integridade estrutural.</p> <p>Inclui fornecimento de todos os materiais, mão de obra, equipamentos, transporte, instalação, ajustes e retirada ao final do evento.</p>						
2.1	Fornecimento e instalação de iluminação aérea tipo cordão de lâmpadas LED (string light), com lâmpadas de potência entre 1W e 3W por ponto, tensão 220V, uso externo (IP65 ou superior).	Evento		400	m	33,06	13.244,00
2.2	Fornecimento e instalação de bandeiras decorativas em tecido poliéster com gramatura mínima de 120 g/m <sup>2</sup> , impressão digital ou tingimento nas cores da bandeira da Alemanha (preto, vermelho e amarelo). Fixação em postes de iluminação, de forma não invasiva na estrutura.	Parças do Imigrante e Rua Independência		89	un	425,00	37.825,00
2.3	Fornecimento e instalação de guirlandas decorativas de grande porte, com diâmetro mínimo de 0,60 m, confeccionadas em material sintético resistente (PVC, fibra ou similar), adequadas para uso externo. Fixação em postes de iluminação, de forma não invasiva na estrutura.	Praça do Imigrante e Av. Independência		45	un	522,00	23.490,00
2.4	Execução de pórtico cenográfico com largura mínima de 6,00 m e	Biergarten e Av.		1	un	2.000,00	2.000,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

altura mínima de 4,00 m, estrutura metálica ou modular, com revestimento em MDF ou madeira com acabamento temático estilo enxaimel. Com ART.	Independência					
--	---------------	--	--	--	--	--

- ✓ A CONTRATADA deverá apresentar currículo e/ou Portifólio da Produtora, listando as principais atividades similares realizadas, contendo imagens, links e reportagens em anexo à proposta.
- ✓ A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelo planejamento, montagem e desmontagem das estruturas destinadas aos eventos.
- ✓ A estrutura deverá estar integralmente montada até as 22h do dia anterior ao evento.
  - ✓ A desmontagem deverá ocorrer após o encerramento, com liberação total da área no prazo máximo de até 2 (dois) dias após o término do evento.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Denominação social ou carimbo e assinatura do representante legal

### ANEXO III

#### TERMO DE REFERÊNCIA

Conforme documento publicado intitulado:

**“PE 15\_2026\_ ANEXO III\_ TERMO DE REFERÊNCIA”**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO  
**ANEXO IV**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP**

Conforme documento publicado intitulado:

*“PE 15\_2026\_ ANEXO IV\_ ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR”*

**ANEXO V**

**SEGURANÇA DO TRABALHO**

Conforme documento anexo intitulado:

*“PE 15\_2026\_ ANEXO V\_ SEGURANÇA DO TRABALHO”*